



PROJETO PREVENÇÃO POSITIVA E ADESÃO PARA A VIDA

Prevenção positiva e dança contra a criminalização

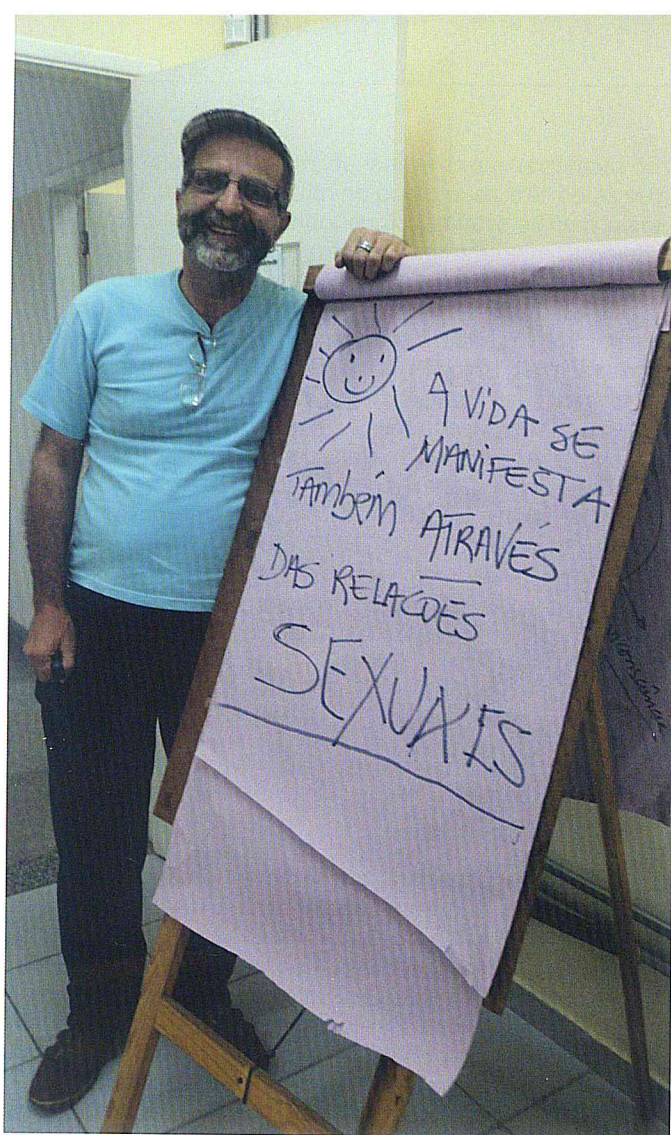
Aquela mulher, soropositiva, chegou fragilizada ao Grupo de Incentivo à Vida (GIV), procurando assistência. Ficou mais de uma hora no Serviço Social e chorou muito. Na Psicologia, chorou mais um pouco com a proposta de um acompanhamento breve. No Jurídico, quando esboçou mais algumas lágrimas, ouviu o advogado dizer-lhe, gentilmente, que se ela começasse a chorar ele não conseguiria saber qual era o problema e não poderia ajudá-la. “Nós entramos com uma ação judicial, ela acessou o auxílio-doença durante um período e recebeu os atrasados”, relatao advogado Claudio Pereira, presidente do GIV.

Paralelamente, ela entrou para o grupo que faz aulas semanais de dança, uma das atividades do Projeto Prevenção Positiva e Adesão para a Vida. “Agora ela é outra pessoa. Está mais curiosa, mais atenta”, conta Edson Arata, assistente de coordenação do projeto. “A gente tem visto que esse aspecto lúdico da dança tem incentivado o interesse das pessoas”, acrescenta ele. “A aula de dança surgiu com a percepção da diminuição de participantes na instituição. Quando planejamos o projeto, resolvemos fazer um trabalho lúdico, que não tivesse

ligação direta com o tema da aids, mas que fosse um catalisador. Deu certo. As pessoas envolveram-se com a dança e estabelecemos um link com as demais atividades do projeto”, conta Claudio.

As atividades a que Claudio se refere são as oficinas de adesão, sexo seguro, prevenção positiva, sexualidade, revelação e direitos humanos que foram idealizadas pelo grupo. “Um dos objetivos do projeto era trabalhar a prevenção positiva e questões sobre direitos humanos e HIV e aids, como direitos previdenciários do portador e criminalização da transmissão sexual do HIV”, elenca Edson. “E nós ainda oferecemos oficinas de sensibilização, sexualidade, revelação do diagnóstico e muita informação”, salienta.

No projeto, a prevenção positiva foi relacionada à criminalização da transmissão do HIV. Em uma das oficinas, um jovem soropositivo perguntou se essa criminalização poderia ter como consequência a prisão em regime fechado. Claudio respondeu afirmativamente. “Uma parcela das pessoas acredita que não tem obrigação de usar preservativo, que não tem obrigação de contar para ninguém que é soropositiva, ou que faz uso correto da medicação. Essa questão tem de ser muito discutida”, diz Claudio. “Trabalhamos as questões da prevenção, inclusive aquelas que podem prevenir uma possível crimina-



lização, porque há pessoas que não usam camisinha e com essas temos de atuar com firmeza, visando a um tratamento o mais correto possível.”

Outra atividade oferecida pelo projeto do GIV foi o atendimento jurídico. Claudio conta que foram centenas de atendimentos, alguns dos quais se transformaram em ação judicial. A maior demanda, segundo ele, são as questões previdenciária, de auxílio-doença e de aposentadoria. “Mas há, também, a questão constitucional, de acesso a medicamento e a tratamento”, elenca.

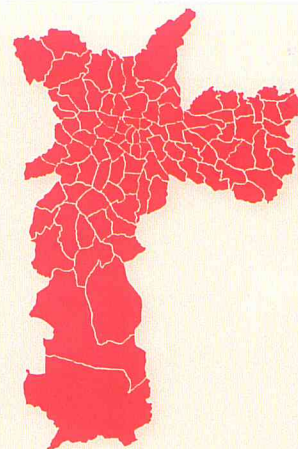
Mas, acesso a tratamento ainda hoje? Claudio conta que no começo do ano houve o caso de uma mulher com HIV que não conseguia operar um prolapso do útero havia dois anos. “Nós entramos no Ministério Público. Depois de três meses ela foi internada para operar, mas minutos antes de ser anestesiada teve alta porque não havia anestesista. Remarcaram a cirurgia para dali a dois meses. Ela finalmente foi operada, após dois anos de espera”, relata. “Houve, ainda, o caso de um rapaz que precisou operar um câncer e teve de trocar a bacia por uma prótese. Ele ficou numa fila de espera durante três anos. São casos que deixam clara a necessidade, ainda hoje, de ações que garantam o acesso ao tratamento.”

População Prioritária

- ✓ Adultos vivendo com HIV e aids

Área de Atuação

- ✓ Promoção e Prevenção
- ✓ Promoção de Direitos Humanos



“A gente tem visto que esse aspecto lúdico da dança tem incentivado o interesse das pessoas”

Apesar de muitas das consultas jurídicas não terem sido convertidas em ações judiciais, Claudio considera importante o atendimento da demanda. “Muitas vezes encaminhamos as pessoas a outros parceiros, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Atendemos em nosso âmbito e o que excede encaminhamos a outros locais, para que a pessoa não fique sem assistência. É uma forma de se possibilitar algum suporte às pessoas que procuram o projeto.”

A equipe do projeto do GIV também elaborou e publicou duas cartilhas, uma sobre prevenção e outra sobre criminalização. As cartilhas abordam aspectos dos Direitos Humanos relacionados ao HIV. “A produção do material foi planejada, estava no projeto. Mas, quando juntamos a equipe, surgiu a ideia de elaborarmos uma coleção. Já estamos indo para a quinta cartilha”, orgulha-se Claudio.

GIV
Grupo de Incentivo à Vida
Projeto Prevenção Positiva e Adesão para a Vida